

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.320 - MG (2019/0043448-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : MIGUEL LUIZ MARQUES GOMES JUNIOR (PRESO)**  
**RECORRENTE : VINICIUS SILVA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**MIGUEL LUIZ MARQUES GOMES JUNIOR e VINICIUS SILVA DE OLIVEIRA** alegam sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.18.111148-5/000 .

Consta dos autos que os recorrentes foram denunciados como incursos nas penas dos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

A prisão em flagrante de ambos foi convertida em preventiva para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal (fls. 87-90, grifei):

[...] O laudo toxicológico atestou que a substância apreendida se trata de 18,13 gramas de cocaína, acondicionada em 31 invólucros. Assim, provas da materialidade e indícios da autoria do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

No mais, observa-se que há medida cautelar de pedido de quebra de sigilo telefônico de um aparelho celular apreendido em poder de Vinícius, autuada sob o número 0408.18.001796-9, para verificar a participação do multicitado Douglas no esquema ilícito, diante dos vários indícios de que este seja o mandante e que teria arregimentado os flagranteados e cedido-lhes o imóvel, para que eles, sob seu comando, continuassem comercializando drogas na cidade de Matias Barbosa.

Conclui-se que em caso de eventual condenação poderão não fazer jus ao benefício do chamado tráfico privilegiado, ante os atuais e fortes indícios da associação.

Os flagranteados foram presos pela suposta prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33 da Lei n.

11.343/2006), cuja pena máxima, privativa de liberdade é de 15 anos e de associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/2006), cuja pena máxima é de 10 anos, estando configurado, portanto, o requisito objetivo necessário para a imposição da medida cautelar extrema. **Vislumbra-se não apenas a presença dos pressupostos e requisitos fáticos (art. 312 do CPP), como a garantia da ordem pública, mas também um dos requisitos instrumentais (art. 313, I, do CPP), que é a prática de crime doloso punido com pena máxima, privativa de liberdade, superior a 4 anos, mostrando-se necessária a manutenção da prisão preventiva.**

**Assim, conclui-se que presentes os pressupostos para o decreto de sua prisão preventiva, necessária para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública, salvaguardando os interesses da coletividade.**

Impetraram habeas corpus perante a Corte local e argumentaram, em síntese, nulidade do flagrante e ausência de fundamentação idônea no *decisum* que converteu sua prisão em flagrante em preventiva (fls. 1-19).

A Corte local, à unanimidade, decidiu (fls. 212-220, destaquei):

[...]

Inicialmente, registro que **a alegação de que haveria irregularidade nas prisões em flagrante** dos pacientes, em virtude da ausência de comunicação destas aos seus familiares ou representantes legais, **não merece acolhida, não tendo o impetrante juntado qualquer documento ou prova idônea a embasar suas alegações.**

[...]

Quanto à alegação de existência omissão na decisão impugnada, no tocante à ausência de manifestação quanto à possibilidade da concessão do benefício da liberdade provisória aos pacientes também não assiste razão ao combativo impetrante. **Isso porque a defesa dos pacientes opôs embargos declaratórios da decisão questionada, tendo a douta autoridade impugnada se manifestado expressamente acerta da omissão apontada (fl. 85).**

[...]

Com efeito, da atenta análise dos autos, verifica-se que a prisão em flagrante dos pacientes foi devidamente convertida em preventiva, em 12/9/2018, **como forma de**

**garantia da ordem pública, havendo indícios da dedicação de ambos à comercialização ilícita de entorpecentes (fls. 68-70).**

[...]

**A meu ver, encontra-se suficientemente fundamentada a decisão que decretou a custódia, restando justificada a necessidade e legalidade da manutenção da medida questionada, como forma de garantia da ordem pública. Ora, constata-se a gravidade concreta da conduta atribuída aos pacientes diante dos graves indícios de que os pacientes estejam dedicando-se à atividade criminosa, tendo em vista que, a princípio, ambos afirmaram terem vindo da cidade de Juiz de Fora/MG para a cidade de Matias Barbosa/MG, com o objetivo de morarem na residência de D. e dar continuidade às atividades de tráfico de drogas.**

**Considerando, ainda, a significativa quantidade de entorpecentes apreendidos (18,13 gramas de cocaína, acondicionados em 31 invólucros), há indícios de que os pacientes se encontrem profundamente envolvidos na comercialização de drogas, de modo que, em liberdade, há fundado receio de que voltem a praticar atos ilícitos, principalmente, tráfico de drogas, como reconheceu a douta autoridade impetrada.**

**Assim, a meu ver, as medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, diante do contexto ora descrito, não se mostram suficientes para garantir a ordem pública, sendo indispensável, portanto, a manutenção das prisões cautelares, devidamente justificadas nas hipóteses do art. 312 do CPP.**

Insatisfeitos com a denegação da ordem de habeas corpus, interpuuseram recurso ordinário e se manifestaram perante este Superior Tribunal (fls. 226-243, grifei):

[...]

Por tudo exposto, requeremos:

- a) **Liminarmente, a concessão da ordem para permitir que os recorrentes aguardem em liberdade até o julgamento de mérito da impetração; e expedir os salvos condutos;**
- b) **Preliminarmente, a concessão da ordem, com o acolhimento das preliminares suscitadas, para declarar a nulidade do processo desde o ato ensejador, reconhecendo a ausência de certificação da efetiva comunicação às famílias dos presos e à**

**Defensoria Pública e o cerceamento da defesa pela omissão do juízo *a quo***; por conseguinte, determinar a expedição dos salvos condutos aos recorrentes;

c) **Meritoriamente, a concessão da ordem, para revogar os decretos de prisão preventiva com a fixação ou não de medidas cautelares diversas**, permitir que os recorrentes se defendam soltos, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória e recursos raros, para nossas cortes superiores, por conseguinte, determinar a expedição dos alvarás de soltura.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não identifico manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

A declaração de nulidade do processo, por meio do habeas corpus, cinge-se às hipóteses de manifesto constrangimento ilegal, perceptível *ictu oculi*, o que não ocorre na espécie, pois, consoante assentado pelo Tribunal local (fls. 212-220, grifei):

[...] **o impetrante não juntou nenhum documento ou prova idônea a embasar suas alegações [...] a defesa dos pacientes opôs embargos declaratórios da decisão questionada, tendo a douta autoridade impugnada se manifestado expressamente acerca da omissão apontada[...].**

As circunstâncias indicadas na decisão impugnada, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea** para a custódia preventiva, baseada na análise da gravidade concreta do delitos imputados aos recorrentes.

O juízo é provisório e será aprofundado no exame do mérito da impetração. Por ora, não identifico nulidade evidente no ato hostilizado neste writ.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se de informações à autoridade apontada como coatora e, após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intmem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

